



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 258 - DE 21 DE ABRIL A 05 DE MAIO DE 2003 - R\$ 1,00

Reforma da Previdência do PT/Lula e aliados é um crime contra os trabalhadores

Volks: burocracia traidora frauda votação e impõe terceirização

Manifesto e Tese ao Congresso da UNE:

**Que ela saia do Pacto Social, que combata as reformas
continuístas de Lula, que defenda a universidade pública,
gratuita, única, laica e vinculada à produção social**

**Guerra: vitória do
imperialismo, só com genocídio.**

**Fora os interventores
colonialistas do Iraque!**

Quinzena de luta do movimento operário

Saúde do Trabalhador: Seminário da Previdência

No dia 14 de abril aconteceu um seminário no auditório da Superintendência do INSS-SP que tinha como tema a discussão dos problemas enfrentados pelos pacientes segurados da Previdência Social. A Corrente Proletária na Saúde, denunciando a violenta exploração sobre a classe operária, mostra no boletim a situação dos operários doentes da Volks:

SAÚDE NÃO SE VENDE A Volks e a Mutilação dos Operários

A Volks, que é uma das grandes fábricas do São Bernardo do Campo, uma das campeãs em vendas, tem montado em seu interior um órgão chamado Prisma, que deveria ser um órgão público de

apoio ao trabalhador lesionado no interior da fábrica (um convênio entre o INSS e a empresa), mas que há muito tempo vem pisando em cima dos trabalhadores com doenças profissionais (os peritos que deveriam pertencer ao INSS, na realidade trabalham para os convênios e seguem as diretrizes da Volks), não estão fazendo nem aceitando as CATs e ainda comunicam o problema de saúde para o departamento pessoal, deixando o caminho livre para que o trabalhador seja demitido doente, protegendo e isentando a empresa de qualquer responsabilidade, negando assim os direitos aos operários.

As atrocidades não páram por aí, não aceitam atestados médicos do serviço público e usam o convênio como arma para mapear os companheiros que estão doentes. Utilizam-se de uma junta médica (de peritos do convênio) dentro da própria fábrica para contestar os atesta-

dos que indicam que os trabalhadores estão incapacitados para o trabalho.

Portanto, o que percebemos é que com avanço da montagem de carros novos e modernos existe uma cortina que esconde dos olhos da sociedade uma história de exploração e mutilação. O que nos resta é a nossa organização como classe, construindo novos instrumentos de luta, que tenham um programa baseado na independência da classe operária do Estado, de seus administradores serviais da burguesia, só assim poderemos dar respostas à exploração do trabalho.

- Abaixo o Prisma
- Abaixo a Junta Médica patronal
- Abaixo os Peritos Serviais da Volks.
- Um Instituto de Seguridade sobre Controle Exclusivo dos Trabalhadores
- Por em pé o Programa da Classe Operaria

Iraque E agora?

A ocupação de Bagdá pelo exército americano já foi dada como vitória de uma primeira etapa colonizadora. Evidenciou a incapacidade do regime de Saddam Hussein de armar a população para defender o país e a utilização tática dos curdos pelo imperialismo.

A qualidade de ditador sanguinário de Saddam usada pela propaganda de Bush para justificar a invasão mostrou-se finalmente favorável aos adversários da autodeterminação dos povos. O regime nacionalista de Saddam não pôde armar a população para resistir à ocupação, embora esta sofresse o massacre. Com certeza, a maioria abomina o domínio imperialista de seu país. Mas o Iraque como povo oprimido não teve como ter coesão social, política e militar para enfrentar o capital monopolista na sua forma bélica. O que facilitou a execução do plano traçado pelo Pentágono.

É preciso assinalar a responsabilidade da feudal-burguesia árabe e de seus governos, como da Arábia Saudita, Egito, Jordânia etc, que apoiaram as forças invasoras. E de outros governos, como o

da Turquia. São povos oprimidos pelo imperialismo, cujas burguesias submetem seus países ao colonialismo. Um levante desses povos era uma das condições para enfrentar o avanço dos saqueadores.

Mais distante geograficamente do conflito, a posição hipócrita dos governos semicoloniais, como os da América Latina, de paz e de desarmamento pacífico do Iraque pela ONU, ajudou os EUA.

A oposição da França e Alemanha apenas expressou divergência de interesses entre os saqueadores do mundo. Agora vão se acertar sob a mesma bandeira de paz.

A única força contrária à operação militar do imperialismo foram as manifestação de massa em toda parte. Mas não puderam ganhar amplitude e profundidade. A classe operária mundial, que ocupa lugar central nas relações de produção, não encabeçou o movimento de resistência. Esse se constituiu funda-



mentalmente pela classe média, dirigida pela política do pacifismo.

O poderio militar dos EUA não tem como ser confrontado por forças militares semicoloniais, ainda mais por um país que já tinha sido desarmado na guerra de 1991 e pela inspeção da ONU. É o movimento da classe operária e dos povos oprimidos coesos que poderão fazê-lo, modificando os rumos da história. A ocupação genocida do Iraque pelos EUA põe em relevo essa tarefa. É assumindo-a que os oprimidos de todas as latitudes enfrentarão a nova ofensiva colonialista do capitalismo imerso em crise histórica.

Fora o imperialismo genocida do Iraque!

As negociatas em torno da Reforma da Previdência

Nem bem passaram 4 anos da aprovação da Emenda Constitucional nº 20/98, de FHC, que eliminou a aposentadoria por tempo de serviço, impôs a idade mínima e criou um redutor para acabar com a aposentadoria integral (fator previdenciário), o governo PT/Lula assumiu o compromisso de dar seqüência à privatização da Previdência, conforme "recomenda" o Fundo Monetário Internacional. As justificativas são as mesmas: "sem a Reforma, o Brasil quebra".

A campanha governamental de jogar os trabalhadores da iniciativa privada contra os servidores, tidos como privilegiados, vem sendo feita utilizando falsamente os seguintes argumentos: 1) Os aposentados do INSS estão regidos pelo teto máximo de 10 salários mínimos, enquanto que os servidores públicos recebem salários integrais; 2) A manutenção dos privilégios dos servidores é a principal razão do déficit da Previdência; 3) A maioria dos aposentados do INSS, 87%, recebe até no máximo três salários mínimos, sendo que cerca de 70% se limitam a um salário, enquanto que há servidores com salário de mais de R\$ 40.000,00.

O que o governo do PT não diz: a) Que os trabalhadores da iniciativa privada contribuem para o INSS de 8% a 11% até o teto. Os Servidores, a quase totalidade, contribuem com 11% sobre o salário bruto; b) Que a grande maioria dos servidores recebe no máximo três salários mínimos, portanto bem abaixo do teto; c) Que alguns Estados sequer depositam a parte correspondente a cada servidor, a exemplo de São Paulo que há 25 anos não deposita para o Ipesp o correspondente de 6%; d) Que o déficit da Previdência é de responsabilidade dos governos, que usam o dinheiro e alimentam a corrupção. Sobre os privilegiados, que são poucos – alta oficialidade militar, parlamentares/governo e juízes,

basta o governo cortar suas polpudas aposentadorias e exigir que eles paguem o que roubaram da Previdência.

Está mais do que evidente que os "ajustes" exigidos pelos credores internacionais implicam restringir cada vez mais o número de aposentados, prolongar o tempo de trabalho e o valor dos salários a ser pagos pelo Estado. Ao mesmo tempo, favorecer as empresas e bancos com a regulamentação da Previdência complementar.

Capital financeiro pressiona em favor da Previdência Complementar

Os bancos e seguradoras nacionais e estrangeiras pressionam o governo brasileiro para adoção do sistema de fundos de pensões privados. A regulamentação do PL-9 é o caminho para que essas agências abocanhem o filão dos servidores com a previdência complementar dos servidores.

Os grandes bancos e empresas, boa parte de capital estrangeiro, contam com esse mercado. Trazem a experiência de alta lucratividade dos fundos de pensão dos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e outros países por serem de servidores públicos, que conseguem poupar mais do que a média do setor privado. Trata-se de um mercado ainda virgem no Brasil e que deve ser ocupado a curto prazo.

Por detrás da Reforma de Berzoini estão os interesses do capital financeiro. Atender a esses interesses significa esmagar direitos sociais dos servidores. O governo PT/Lula, pressionado pela manutenção do superávit primário (4,25% do PIB) para poder manter o pagamento das dívidas interna e externa e pelo intervencionismo econômico do capital financeiro, exige que os trabalhadores assumam a responsabilidade do fim de

direitos elementares, como o da Previdência pública.

O acordo da Reforma da Previdência

Antes de enviar o projeto de Reforma da Previdência, o governo PT/Lula forçou um acordo em torno de cinco pontos. Não por acaso as reuniões com os sindicalistas, governadores e prefeitos têm ocorrido freqüentemente, na tentativa de evitar polêmicas no momento de votação no Congresso. A palavra de ordem é: "construir consensos", para que o governo não esteja isolado quanto à destruição de direitos dos servidores públicos. A negociata em torno dos cinco pontos prevê:

1. A aprovação do PL-9 que dita à União, aos Estados e Municípios a permissão para criação da Previdência Complementar dos Servidores e limita a responsabilidade do Estado a pagar as aposentadorias no máximo até o teto do INSS. Acima de valor (R\$2 400,00) a aposentadoria deverá ser complementada com um fundo de pensão.

2. Extingue a regra de transição que foi criada com a Emenda 20/98, para os servidores que estavam vinculados até essa data, que permitia aos Servidores aposentarem com a idade de 48 e 53 anos. E impõe a idade mínima de 55 anos para a mulher e 60 para os homens. No caso do servidor se aposentar com 48 ou 53 anos, sofrerá um redutor de 5% a cada ano antecipado.

3. O pagamento das pensões restrito a 70% do salário do aposentado;

4. Amplia o tempo de permanência dos servidores no cargo e no funcionalismo público. De 5 para 10 anos no cargo e de 10 para 20 anos no funcionalismo.

5. Taxação dos aposentados. O aposentado que recebe acima de R\$ 1058,00 deverá ser feito o desconto de 11%.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Os cinco pontos da Reforma de Berzoini são mais um duro golpe sobre o funcionalismo público, que há quase uma década não têm nenhum reajuste salarial. As gratificações e bônus são eliminados do salário-base no momento da aposentadoria. A quase totalidade dos servidores públicos se aposenta com salário de fome e está obrigada a viver de bicos. É sobre essa massa de servidores que o governo PT/Lula descarregará o déficit da Previdência.

Militares querem regras diferenciadas

A proposta do governo Lula e o aumento das alíquotas, previsto pelos governadores, atingem uma camada restrita de militares que de fato é parasita do Estado. O aumento do valor das contribuições ou criação de uma alíquota própria para a aposentadoria (como quer o governador de São Paulo) mexe com as denominadas especificidades que os militares reclamam. Esse setor contribui com 7,5% enquanto que a maioria dos servidores com 11%. Os militares não abrem mão da pensão vitalícia integral para as viúvas e filhas solteiras.

O Ministro da Defesa, José Viegas, é o defensor das regras diferenciadas para os militares. E avisou que cortar esses privilégios é comprar uma briga com as Forças Armadas. Berzoini se encolheu e tem feito pronunciamentos no sentido de que "concorda tratar a questão dos militares separadamente da reforma que pretende fazer no regime dos servidores públicos".

Provavelmente, o governo PT/Lula obedecerá as chamadas "regras diferenciadas" para os militares. Limitará, assim, o ataque à grande maioria dos servidores e deixará de fora essa casta de militares, parlamentares/governos e juízes, como já fizeram os governos anteriores.

Marta/PT imporá a reforma da previdência

A prefeitura de São Paulo utiliza os mesmos argumentos dos governos estadual e federal para justificar a reforma da previdência. Trata-se de culpar os servidores públicos pelo rombo existente. Nenhuma das esferas públicas mos-

tra os desvios ocorridos nas últimas décadas. O déficit, segundo eles, e dado, entre outros motivos, pelo aumento dos aposentados e pelos privilégios concedidos ao funcionalismo. Tudo indica que manterá uma aposentadoria diferenciada para os mesmos privilegiados

Outro argumento utilizado para justificar a reforma é o de que os servidores não contribuem com a aposentadoria e sim com a pensão. Nesse sentido, a proposta da prefeitura de São Paulo é de aumentar a alíquota do IPREM. Os "inativos" e ativos, no caso de São Paulo, contribuem com o IPREM com 5% e o Executivo complementa com 2%. Existem duas propostas para o aumento da alíquota.

A primeira proposta é aquela onde ativos e "inativos" passariam de 5% para 11%. A segunda, os "inativos" permaneceriam com a contribuição de 5% e os ativos, em contrapartida, contribuiriam com 13%.

Ainda mais. Segundo a lei que trata da renegociação da dívida, os municípios devem reservar 11% de sua receita para com o pagamento da dívida pública. Na cláusula 5, estipula-se que o "limite do dispêndio... (13% da receita) será elevada em 2 pontos caso o município não tenha implantado a contribuição previdenciária para ativos e "inativos" para no mínimo 11% da remuneração total".

Como vemos, Marta/PT seguirá o caminho de Lula e Alckmin. Aumenta primeiro o valor das contribuições e depois legaliza o que foi aprovado em nível federal.

As direções sindicais e as medidas previdenciárias

Com o discurso de que não é contra a Reforma da Previdência, mas sim contra essa reforma da Previdência que vem sendo preparada, as direções sindicais estão acuadas diante da proposta governamental. A definição e o conceito de "reforma da previdência" foram instituídos como parte dos "ajustes" que nada mais são do que cortes nos gastos públicos. A responsabilidade do Estado para com o serviços sociais (saúde, educação previdência) ficaria restrito ao mínimo. E se ampliaria ao máximo a privatização desses setores.

A Força Sindical abertamente pró-imperialista apoiou a Reforma de Berzoini. Almeja criar seu próprio fundo de pensão, fonte viva de dinheiro fácil às custas do sacrifício dos operários.

A CUT propagandeia que concorda com o teto para os servidores públicos e que o problema está unicamente no valor, exige 20 salários mínimos. O discurso contrário ao PL-9 não tem sido materializado em ação e organização dos servidores públicos para enfrentar a proposta governamental. A presença da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo que pactua a Reforma da Previdência, é o sinal mais claro de que a oposição ao PL-9 não passará de protestos dos setores descontentes do funcionalismo.

A CUT se nega a organizar a unidade dos trabalhadores da iniciativa privada com o servidores públicos, para juntos combaterem a Reforma da Previdência de FHC e do governo PT/Lula. As direções sindicais estão comprometidas com a governabilidade do PT e pouco farão para se opor às medidas desse governo contra os trabalhadores.

A esquerda petista esbraveja em palavras

A ala esquerda do PT novamente mostra que não concorda com a Reforma da Previdência. Essa mesma ala se manifestou contrária às medidas do governo PT/Lula: no caso da nomeação de Meirelles, indicação do FMI, para o Banco Central; na escolha de Sarney, oligarca maranhense, para presidente do Senado; na questão da autonomia do Banco Central; e, agora, com o PL-9. Na questão Sarney, a Democracia Socialista (DS) acatou a decisão de não comparecer à sessão do Congresso. No caso da votação da lei para regulamentar a autonomia do Banco Central, votaram com o PT e usaram a palavra, depois de votado, para declarar que eram contra. No PL-9, prometem fazer barulho e não acatar a decisão do partido.

Os petistas descontentes se apoiam na idéia de que o governo tem de convocar um plebiscito ou um referendo. Diz Ivan Valente: "Uma reforma como a da Previdência tem de ter um plebiscito ou um referendo. Afinal, envolve milhões de pessoas". O governo Lula se opõe.

Genóio convocou os parlamentares do PT para dois seminários, no mês de maio, com o objetivo claro de calar a ala descontente com a Reforma da Previdência e o PT votar unido.

Essa esquerda petista se mostra fisiológica ao reformismo, ao Estado e incapaz de combater a traição do PT aos interesses da classe operária e demais trabalhadores.

Não a destruição de direitos sociais

Os trabalhadores, servidores ou

não, devem se colocar pela defesa da Previdência pública, única, estatal e inteiramente sob o controle dos trabalhadores. Devem se opor ao teto e exigir aposentadoria integral. Devem se colocar contra a gestão quadripartite (governo, patrões, servidor e trabalhador da iniciativa privada) e defender um só controle, o dos trabalhadores. Devem exigir que o governo PT/Lula puna os marajás e sonegadores da Previdência. Devem exigir que nenhum trabalhador se aposente com o salário mínimo de fome e sim com um salário mínimo real.

Combater a Reforma da Previdência do governo PT/Lula e o aumento das alíquotas previdenciárias por parte dos governadores implica organização da classe trabalhadora para enfrentar os governos subservientes ao grande capital. A recusa na organização e unificação dos trabalhadores por parte das direções sindicais é já um sinal de colaboração. É tarefa da camada consciente denunciar o colaboracionismo e exigir as assembleias unificadas para pôr em movimento a luta contra a Reforma da Previdência.

São Paulo sofre com as taxas de Marta e a degradação do transporte público

A prefeitura petista de São Paulo entregou aos moradores da cidade o carnê de taxa de lixo. É uma das novas taxas aprovadas, que arrecadarão quase 800 milhões de reais em impostos a mais este ano. As taxas variam de acordo com o volume de lixo declarado pelo contribuinte. Uma família trabalhadora pode pagar de 6 a 61 reais, dependendo do lixo produzido.

O governo do PT alega que esse dinheiro vai para um fundo específico de coleta e transformação do lixo na cidade. E que, se isso não fosse feito, a coleta de lixo estaria inviabilizada em poucos anos, pela falta de investimento.

A primeira coisa que se pergunta é: se esse dinheiro for de verdade para um fundo próprio (como não aconteceu com a CPMF, criada para a saúde, mas que nunca deu um tostão a ela), o que acontecerá com a parcela do orçamento que antes era destinada à coleta de lixo?

É bom lembrar que Marta foi eleita com apoio econômico das companhias de lixo. Essa nova taxa, que se aproxima do valor do IPTU, para grande parte da população, servirá para atender às necessidades de lucro dos capitalistas do lixo e preservar o compromisso de pagamento das dívidas da prefeitura. Para a população assalariada, o novo imposto

pode significar de 3% a 10% dos salários!

A verdade é que o PT criou mais taxas para garantir o pagamento da dívida pública.

A prefeitura do PT se mostra instrumento da opressão social e garantia de lucros dos capitalistas. A população tem de se organizar para lutar contra essa política de esmagamento da população e de benefício dos empresários.

Os gângsters donos das empresas de ônibus impõem sua vontade

Os empresários de ônibus têm conseguido elevar os preços das passagens sem ter de investir em renovação ou ampliação da frota. A prefeitura não consegue impor a eles nenhuma medida. O sindicato de condutores, ligado à Força Sindical, é de total confiança dos patrões e age de acordo com seus interesses.

Recentemente, a prefeitura tentou implantar um novo tipo de concessão do transporte público na cidade. A licitação foi cerceada pela pressão dos empresários do transporte da cidade e nenhuma empresa de fora teve coragem de disputar. Pelo novo sistema, a cidade foi dividida em 7 grandes áreas de atuação de consórcios das empresas. Aquelas em-

presas que não se enquadraram no novo sistema foram descredenciadas, o que resultou em mais de 10 mil demissões de funcionários.

A classe, dividida entre empregados e desempregados, não encontra forças para impedir as demissões. O sindicato, colaborador dos patrões, não tem uma política de unidade dos trabalhadores. O plano da prefeitura, que amplia o poder das empresas mais fortes, favorecendo o monopólio, se impõe com a ajuda da repressão aos trabalhadores que se levantaram para lutar por seus empregos e tentaram bloquear gargalos.

O problema dos transportes na capital de São Paulo só pode ser resolvido com a estatização de toda a rede privada, sob controle dos trabalhadores. A expulsão dos capitalistas é condição para ter transporte para todos. Os trabalhadores têm de se organizar para varrer a direção pelega e colaboradora do sindicato e construir uma direção de luta. As reivindicações salariais dos motoristas e cobradores não serão atendidas sob a direção pelega e a ditadura patronal sobre as empresas de ônibus. O atendimento das necessidades dos trabalhadores em transportes está ligado à necessidade da população de transporte público para todos.

Desde 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, 17 de abril é o Dia Internacional de Luta Camponesa. O POR está ao lado dos sem-terra e de suas lutas contra os latifundiários e a repressão. Nosso programa apóia as ocupações de terra e mostra que a luta pela terra só terá êxito com a aliança operário-camponesa e a revolução agrária. É tarefa do momento a organização da autodefesa armada dos sem-terra para enfrentar a violência reacionária do latifúndio e dos governos.

A questão agrária no governo Lula

Desde sua origem, o PT compareceu programaticamente como defensor da reforma agrária. Essa medida democrático-burguesa era tida como um dos pilares de sustentação da tese de mudança do “modelo econômico”. Era uma das condições básicas para fortalecer o mercado interno e realizar a distribuição de renda. Juntamente com outras medidas, como a proteção aos pequenos e médios produtores de bens populares, penalização do capital financeiro, racionalização da dívida interna e externa, democratização do Estado etc, se resgataria a “dívida social” e “incluiria” milhões de “excluídos”. A “inclusão” dos camponeses sem-terra seria uma das metas centrais da política econômica voltada à cidadania.

O PT chegou ao poder apresentando o programa agrário reformista como solução para a luta de classes no campo. Aproximou-se de organizações de latifundiários, para demonstrar que uma vez no Estado não tocaria no princípio do direito burguês da propriedade. A reforma agrária seria pacífica e dentro da lei. Não atingiria as terras produtivas. Seria negociada pelas partes em conflito. A política agrária do PT, inclusive, era uma condição para pacificar o campo. Em relação aos camponeses, prometeu ampliar as desapropriações de terras improdutivas e assentar mais de um milhão de famílias. Não só daria um grande salto em relação à reforma agrária de FHC como criaria as condições para a permanência no campo. A ação governamental do PT/Lula estaria voltada para aproximar latifundiários e camponeses por meio de uma política de negociação.

Em poucos meses de governo, PT/Lula revelou ser incapaz de pôr em prática tais pressupostos. Não tem fundos para realizar polpudas indenizações e para sustentar milhões de pequenos e médios agricultores, que se vêem esmagados pelo custo de produção e pelo mercado. O orçamento está comprometido com o alto endividamento. O rigor fiscal responde aos acordos com FMI. O primeiro anúncio do governo petista foi o de não poder traçar uma política econômico-financeira contraposta à ditada pelos credores e especuladores de títulos

da dívida pública. Por si só, essa condição demonstra que o PT não pôde e não poderá firmar uma política econômica independente das forças internacionais do capital, portanto, do imperialismo. O reformismo é obrigado a renegar seu programa “democrático-popular”, assumindo a causa do grande capital contra o proletariado, camponeses e classe média empobrecida. A tese de ruptura, uma vez chegado ao poder pela via eleitoral, com a oligarquia financeira e latifundiária não tem base real na política de conciliação de classe, típica do reformismo.

As esquerdas petistas, a Igreja e o próprio MST apoiaram Lula acreditando que o compromisso programático de assentamentos massivos iria ser concretizado. Tratar-se-ia de um governo apoiado nas camadas populares, que enfrentaria a resistência do grande capital internacional e das frações oligárquicas do capital nacional. Ficaram surpresos com a facilidade com que o novo governo assumiu o continuísmo de FHC/FMI e passou a defendê-lo como condição de governabilidade. Mas não há nada de ilógico ou de surpreendente na virada do PT/Lula. Para chegar ao poder, sua direção estabeleceu acordos com distintos setores do capital, claramente opostos às necessidades das massas exploradas e, particularmente, à reforma agrária reivindicada pelo MST. Não há divergência de fundo no que o governo PT/Lula e o MST denominam de reforma agrária. Concebe-a como assentamentos em terras improdutivas, mediante indenização ao latifundiário. Ambos não vêem a reforma agrária como fruto da revolução agrária. O problema está em que o governo sequer pode fazer os assentamentos prometidos e dar as condições elementares de permanência no campo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi entregue a um representante da ala centro-esquerda do PT, a Democracia Socialista (DS). E o Ministério da Agricultura foi ocupado por um representante da burguesia agrária. A direção do PT procurou estruturar os ministérios justamente com essa face. Mas selecionando para os ministérios estratégicos, o da Fazenda e do Planejamento, homens do PT que já haviam se destacado pelo compromisso com os fundamentos eco-

nômicos do imperialismo. Qualquer ação ministerial depende da centralização de ferro imposta pela Fazenda, Planejamento e Banco Central. Essa tríade deixou claro que as antigas pretensões de reforma agrária são coisas do passado. A realidade econômica e financeira do país, e do mundo, exige contenção orçamentária, de forma que os recursos para reformas sociais não podem ser senão pão e água. As medidas iniciais do governo foram a de manter o recolhimento da gigantesca massa de impostos, elevação do superávit primário, aumento das taxas de juros, violentos cortes orçamentários e continuar a destruição de conquistas sociais. Tais medidas deixaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário à míngua.

O representante da DS, ministro Miguel Rosseto, assumiu o cargo com a condição de não violar e defender o princípio da propriedade latifundiária. A reforma agrária do PT/Lula se enquadra na proteção ao grande capital agrário, considerado moderno e produtivo. Por isso, fundamenta-se na conciliação de classe. O PT/Lula chega ao ponto de mostrar à burguesia interna e externa que somente um governo de caráter popular pode apaziguar a luta de classes no campo, realizando uma reforma agrária negociada. O lugar do governo é o de estabelecer os liames rompidos entre o camponês em luta e a fração capitalista agrária armada com suas milícias. O MST deve afastar-se dos métodos de ocupação, utilizando-os em última instância e de acordo com o princípio da inviolabilidade da propriedade dos meios de produção. E os latifundiários precisam ceder parte de suas terras por meio da desapropriação legal. O ministro Rosseto, apesar de seu passado de esquerda, aceitou esses pressupostos para dirigir o Ministério.

O MST teve de retomar as ocupações. A distribuição de cargos no Incra a setores da Igreja, da esquerda petista e burocratas simpatizantes da reforma agrária pacífica não viabilizou as negociações previstas. As metas apresentadas por Rosseto ficam muito aquém das exigidas pelo MST. E o fato do Incra passar a ser dirigido por homens não confiáveis aos latifundiários causou os primeiros choques da classe dominante contra o Mi-

nistério e críticas ao governo Lula. Rosseto teve de declarar que o MST será responsabilizado pelos "excessos". No mesmo tom, o ministro da Justiça ameaçou os sem-terra com a recomendação de que o MST não pode colocar-se por cima da lei. O MST quer que o governo revogue a MP que proíbe vistoria em terras ocupadas e as indisponibiliza por dois anos para assentamentos. A reunião da direção Nacional do PT, em março, que tinha por objetivo obrigar os deputados opositoristas a votarem nos projetos do governo, acabou por aprovar a revogação dessa Medida Provisória. Imediatamente, as organizações da burguesia agrária protestaram e exigiram a sua manutenção. O ministro Rosseto voltou atrás e acatou a decisão do núcleo governamental de não mexer com a medida repressiva.

A reação latifundiária tem-se manifestado ostensivamente. A UDR se movimenta para reforçar sua organização nacional, considerando que o Incra se tornou "um braço político do MST". A linha dos latifundiários prevê aumento das pressões políticas sobre o Congresso e deste sobre o governo que dele depende; e reforçar medidas de segurança armada. Há uma ala que considera a defesa da

propriedade dentro do princípio do direito do armamento e outra que se coloca pelas milícias e assassinatos preventivos. A primeira ainda considera o papel do Estado como regulador do conflito; a segunda se apóia na organização paramilitar. A formação de uma nova organização regional militarista, o Primeiro Comando Rural (PCR), tudo indica que corresponde ao armamento paramilitar. Não é incomum ações de encapuzados, que invadem acampamentos de sem-terra, com armas em punho, para aterrorizá-los. Sob os primeiros meses do governo Lula, houve uma escalada de assassinatos de sem-terra, já são 10 casos.

O movimento camponês está acossado por aqueles que são considerados parceiros e pelas organizações dos latifundiários que lançam mão de milícias e de agressões terroristas. A saída dos explorados está em romper as amarras políticas do reformismo e organizar a auto-defesa diante da reação latifundiária. É preciso começar por compreender que não haverá a reforma agrária sob o comando do Estado burguês, seja ele mais ou menos democrático. A reforma que o PT pressupunha já era limitada e seguia a linha do governo anterior de assentamentos. Mesmo assim se mostra débil. Quem dita até onde pode

chegar os gastos do Estado e as desapropriações são o capital financeiro e a fração latifundiária da burguesia. A conquista da terra virá pela luta de classes. A ocupação é um de seus meios. É preciso reforçá-la com a organização dos comitês de auto-defesa armados. Mas o fundamental está em conquistar a unidade dos explorados do campo e da cidade. Sob a aliança operária e camponesa, a luta no campo ganhará dimensões favoráveis aos explorados contra o Estado e as frações armadas dos latifundiários. O acesso dos camponeses à terra – não só os sem-terra mas também os milhões de minifundiários que vivem na miséria – virá por meio da revolução agrária, que expropriará sem indenização o conjunto da burguesia latifundiária. Essa posição histórica de destruição do latifúndio e da opressão da classe burguesa sobre os camponeses será definitivamente cumprida por meio da revolução proletária. A tarefa democrática de colocar as terras nas mãos dos camponeses não pode mais ser cumprida no interior do regime capitalista de produção e sob o domínio mundial do imperialismo. É por isso que com a revolução agrária vem a independência do Brasil diante do capital imperialista. Sua derrocada leva à derrocada da burguesia brasileira.

Guarulhos

Debate contra a invasão imperialista ao Iraque

Realizou-se no dia 5 de abril, no Jardim São João, contando com a participação de condutores e metalúrgicos.

O estudo/debate teve como documento base o texto "Defender o Iraque Contra a Invasão Imperialista; Defender o Povo Iraquiano Contra o Genocídio". Publicado no jornal Massas nº 257.

Um dos pontos que mais se destacou foi o da caracterização da invasão imperialista, que nada tem a ver com a liberdade do povo iraquiano. Ao contrário, o que a impeliu foi a necessidade de descarregar a crise de superprodução em que se encontra o sistema capitalista como um todo, mas que afeta de uma maneira dramática o imperialismo ianque. Apoderar-se dos poços de petróleo, colocar todo um exército de empreiteiras, com contratos milionários, para a reconstrução do Iraque; destruir seus estoques bélicos para fazer com que suas indústrias de armamentos possam afastar o fantasma da estagnação econômica etc.

Outro ponto importante foi a avaliação

de que a invasão do Iraque não foi um fato isolado, mas faz parte da política da burguesia imperialista. A crise capitalista tem uma lógica cruel, para o imperialismo continuar explorando precisa continuamente jogar carnes frescas em suas máquinas de guerra. Iugoslávia, Afeganistão, agora o Iraque e já se ameaça a Síria. Somente através dos banhos de sangue e dos massacres é que este sistema apodrecido pode continuar a sobreviver.

Foi debatido também que existe uma séria ligação entre a guerra no Iraque e a implantação dos planos de fome em toda América Latina. O imperialismo tenta impor sua política de desnacionalização da economia goela a dentro das semicolônias (países de economia atrasada como o Brasil, Argentina, Bolívia etc.) e quando algum setor da burguesia se coloca contra cortar seu pulso e dar seu sangue aos vampiros ianques então a resposta é a guerra.

Nesse sentido, analisamos as posições que Lula vem assumindo, tanto do ponto de vista do próprio conflito bélico (apoio a

intervenção pacífica do imperialismo ao invés de se colocar pela autodeterminação do povo iraquiano), quanto a do manejo da administração do país (o imperialismo os obriga a seguir a mesma linha que obrigou FHC a seguir e até a aprofundá-la, vide reforma da previdência, a implantação da ALCA etc.).

Por fim, concluímos que é necessário dar todo apoio a luta dos povos contra o imperialismo opressor e que o melhor apoio para isto é derrotarmos o plano imperialista de fome dentro de nosso próprio país. Sairmos em luta por nossas reivindicações e unificá-las com as reivindicações dos demais setores oprimidos. Exigir do governo petista que denuncie e rejeite as imposições imperialistas. Enfim, construir uma Frente Única Antiimperialista que abra caminho para que os próprios oprimidos possam dirigir e estabelecer sua política de classe rumo a tomada do poder, que na América Latina deverá se transformar na luta pela construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Rio Grande do Norte

100 dias do governo Wilma (PSB): caos, disputas oligárquicas, denúncias de corrupção e colaboração do reformismo e estalinismo

A governadora Wilma de Farias (PSB), dissidente da oligarquia Maia, ganhou as eleições, mas não era a candidata preferida das oligarquias potiguares. Os Maia (PFL) apoiaram o capitalista industrial Fernando Bezerra (PTB); os Alves tinham o candidato Henrique Alves pela legenda do PMDB, do qual são os "donos" locais, controlam politicamente.

Devido à candidatura dos Alves não obter densidade eleitoral, esta oligarquia dividiu-se e uma pequena parte dela juntou-se com Wilma (PSB). A oligarquia Maia, também no segundo turno, aliou-se integralmente ao ex-membro de sua família.

Entretanto, as disputas oligárquicas marcam os 100 dias do governo do PSB com uma oposição sistemática do Jornal Tribuna do Norte e a sucursal da Rede Globo local - TV Cabugi - todas elas controladas pela oligarquia Alves.

Denúncias de falta de professores (um débito de quase 11 mil) e carteiras, precariedade das instalações elétricas e hidráulica das escolas, evasão escolar no Estado maior do que a média nacional etc. são estampadas diariamente nos veículos de comunicação de massa dos Alves, oferecendo uma aparência de caos e paralisia do governo.

Como se não bastasse, a governadora eleita do PSB amarga agora denúncias de envolvimento num esquema de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e crimes contra a ordem tributária. O pedido de instauração de inquérito penal foi feito pelo procurador Geraldo Brindeiro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A posição do reformismo petista e do estalinismo (PC do B)

No primeiro turno, o reformismo petista teve seu candidato derrotado. E, apesar de dirigir o Sindicato dos professores que combatem a política de sucateamento da ex-prefeita Wilma (PSB); apesar do líder do PT na Câmara dos Vereadores, Fernando Mineiro, ter entrado

com processo de improbidade administrativa da mesma prefeita; apesar da deputada Fátima Bezerra, quando na disputa para a mesma prefeitura, ter caracterizado Wilma de Faria como "representante das forças retrógradas do Estado"; o PT decidiu, com votos destas mesmas pessoas que antes lhe faziam oposição, apoiar a candidatura do PSB ao governo do Estado.

A idéia do reformismo era de que, apoiando a candidatura burguesa do PSB, poderia fortalecer a candidatura de Lula/PT. Na verdade, a quantidade de votos do PT no estado para presidente não teve maior oscilação. Mas a candidatura de Wilma disparou para mais de 60% dos votos do Estado. Portanto, quem se beneficiou com este apoio não foi o PT, mas a candidatura do PSB.

OPC do B foi mais longe. Além de apoiar a candidatura de Wilma (PSB), os estalinistas potiguares discordaram do reformismo petista e estão agora compondo o governo. Para o PC do B, apoiar a candidatura e depois negar-se a apoiar o governo, é uma incoerência.

A posição do POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu o voto nulo programático e, assim, garantiu a independência de classe dos explorados diante das candidaturas burguesas das oligarquias do Estado.

Além disso, entende que o caos na educação é fruto não do governo Wilma (PSB), mas do governo anterior de Garibaldi Alves (PMDB). O governo do PSB apenas tem culpa por dar continuidade às políticas de arrocho salarial e sucateamento dos serviços públicos, dentre eles saúde e educação. As denúncias de corrupção fazem parte das disputas oligárquicas para influenciar no poder de Estado. Toda candidatura burguesa utiliza-se da máquina administrativa nas eleições, inclusive o PT, como foi na prefeitura de São Paulo.

A classe assalariada não deve se iludir

com as oligarquias, mas romper as amarras da luta direta impostas aos movimentos pelo PT. E construir um movimento pela derrubada e conquista do poder político da burguesia pelo povo explorado.

Mossoró Comitê de luta 13 de novembro realiza ato contra a guerra

No dia 04 de abril, os estudantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), realizaram um ato contra a guerra no Centro de Convivência do Campus Central (Mossoró).

O ato contou com a participação das direções de CA como o de pedagogia, DCE, do vice-presidente da ADUERN (Associação dos professores da UERN), partidos da esquerda oficial, do POR e da Corrente Proletária Estudantil, além é claro, dos mais de 200 estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, Letras, Pedagogia, História etc. O ato contra a guerra marcou o início das atividades do Comitê neste semestre. Agora o próximo passo é organizar uma reunião ampliada do Comitê para a votação de uma pauta de reivindicações e encaminhar a luta pelos transportes coletivos, defesa das moradias estudantis, fim das taxas escolares e abaixo a imposição da assinatura do ponto pelos professores.

A intervenção do POR

O POR interviniu no ato reafirmando sua posição contrária à guerra da burguesia imperialista dos Estados Unidos contra o povo iraquiano, defendendo a autodeterminação dos povos. Isto significa que nenhum país estrangeiro pode interferir em outra nação, somente os trabalhadores do próprio país podem derrubar o governo em suas ações diretas de massas.

Mais ainda, continuou o POR, a burguesia americana é que não pode derrubar nenhum governo, porque quando o

faz não realiza em prol da libertação dos trabalhadores, mas para a exploração de sua força de trabalho e das riquezas dos países. No caso do Iraque, o controle do petróleo.

O POR explicou que a causa da guerra era a crise capitalista mundial que impelia as potências imperialistas a controlarem cada vez mais as matérias-primas, principalmente, o petróleo. Neste sentido, não bastavam os movimentos pacifistas. Era preciso um amplo movimento de massas antiimperialista, de luta contra o capitalismo. Para conseguir parar a guerra e conquistar a paz é preciso que a classe operária dos Estados Unidos, ligada a produção bélica, como todas as outras categorias ligadas direta ou indiretamente às atividades da guerra, parassem suas atividades; no Brasil, seria preciso que o governo do PT parasse de pagar a dívida externa, suspendesse o envio de remessa de lucros das multinacionais americanas e expropriasse estas empresas.

Reitor da UERN ENVOLTO em denúncias de corrupção

O Reitor Walter Fonseca, ex-aliado da oligarquia local dos Rosados (PMDB), inicia o ano de sua gestão amargando graves denúncias de corrupção.

O problema, na verdade, é que o Reitor rompeu com seus antigos aliados e anunciou sua candidatura a prefeito da cidade. Deste modo, os Rosados, então donos do Jornal escrito local, iniciaram uma campanha de denúncias do Reitor.

Primeiramente, o Jornal estampou a contratação de advogados pela Administração da UERN, sem concurso públi-

co e com salários de até 5 mil reais. Os advogados recém contratados irão prestar assessoria jurídica a uma Instituição de Ensino Superior que possui curso de Direito e vários professores advogados, inclusive, especialistas na área.

Depois, o Jornal estampou decisão do Tribunal de Contas da União, que decidiu pela ilegalidade do pedido de demissão do Reitor através do Programa de Demissão Voluntária na ESAM (Escola Superior de Agronomia) e, assim, condenou ele a devolver 270 mil reais e sua volta imediata aos quadros funcionais da Instituição.

O reitor foi “pego de calças curtas”

O professor Reitor Walter Fonseca instituiu o ponto de trabalho na UERN afirmando moralizar a Instituição. Impedir as inúmeras faltas na Universidade e obrigar os professores a cumprirem seus horários de trabalho.

Entretanto, o professor Walter acumulava o cargo de Reitor da UERN e de docente na ESAM. Como os horários eram impossíveis de serem cumpridos, o Reitor não viu problema algum em terceirizar sua função na ESAM. Além disso, o Reitor acumulava gratificações do seu cargo juntamente com a gratificação de Pró-Reitor.

Como se vê, mais uma vez fica comprovado que o discurso do Reitor burguês servia apenas de máscara para perseguir internamente na UERN os professores opositores de sua administração.

As peripécias do reitor

O Reitor Walter Fonseca rompeu sua

aliança política com a oligarquia local dos Rosados porque estes tiveram seu candidato a governo do Estado derrotado. Como o PSB venceu, o Reitor teme represálias de seus antigos perseguidos, a exemplo do professor também da UERN Paulo Linhares, presidente local do PSB. O governo do Estado já está controlando os recursos da UERN, esvaziando o poder de manipulação que o Reitor antes tinha.

Dessa maneira, o Reitor filiou-se ao PV, partido aliado do PSB local, numa clara tentativa de aproximação com a governadora eleita Wilma de Farias (PSB). Os advogados contratados pela UERN são todos do PV.

O lançamento de sua candidatura a prefeito é apenas uma jogada do Reitor. Seu objetivo é lançar seu nome para o público e, através dos campi avançados construídos em quase todos os municípios do Estado de uma hora para outra, lançar sua candidatura para deputado estadual. Deste modo, sua aliança com o governo do PSB, não só podia lhe garantir o silêncio das suas falcatruas na UERN, como também densidade eleitoral para sua eleição.

A posição do POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) discorda do controle pelo governo do Estado do orçamento da UERN. Tão pouco defende seu controle pela burocracia universitária representada pelo reitor. Nossa defesa é o controle do orçamento pela comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) através da soberania das assembleias universitárias

Corrente Proletária na Educação de Rondônia

Defesa da UNIR

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem urgência na organização da luta com base na unidade de alunos, professores e funcionários contra o acelerado sucateamento das condições de ensino e trabalho. Tem como tarefas imediatas: 1) A expropriação da Fundação Rio Madeira (RIOMAR) e incorporação do seu patrimônio a esta universidade; 2) O fim dos contratos

temporários de professores e funcionários (terceirizados) e a efetivação de todos; 3) Abertura de novos cursos como odontologia, nutrição, fisioterapia etc; 4) A construção do restaurante universitário, da residência universitária e transportes gratuitos a todos.

Para conquistar essas reivindicações é necessário a unidade, as assembleias conjuntas (alunos, professores e funcio-

nários) e a aprovação do caminho da luta, o enfrentamento com a política governamental que destrói o ensino público. A privatização da Universidade deu um passo com a criação da Fundação RIOMAR. Defender o ensino público e gratuito em todos os níveis é se colocar pela expropriação da RIOMAR.

Arrancar a UNE do controle dos estalinistas e reformistas

Aprovar resoluções que organizem o movimento estudantil sob a política operária.

A União Nacional dos Estudantes, sob a direção do PCdoB e PT, não pode ser um instrumento de organização e de luta das massas estudantis. Desde que a foi reconstruída, o estalinismo e o reformismo tomaram posse da UNE, fizeram dela um aparelho, montando uma burocracia arraigada.

Anos a fio, os governos vêm destruindo a universidade pública, favorecendo o crescimento da escola particular e seguindo à risca a orientação do imperialismo, por meio de acordos com o Banco Mundial (Bird). Mas não tivemos uma só campanha consistente da UNE para derrotar as reformas ditadas pelo imperialismo.

O movimento sem-terra enfrentou e enfrenta violenta resistência dos latifundiários e do Estado. Não temos uma só campanha séria de apoio aos camponeses, que despertasse a consciência dos estudantes para os grandes problemas e para a luta de classe.

O movimento operário vem sofrendo com as amarras da burocracia sindical, que tem ajudado a burguesia a implantar a chamada "flexibilização do trabalho". A direção da UNE não fez uma só ação contra os ataques da burguesia e a colaboração da burocracia sindical corrompida, mantendo os estudantes alheios aos problemas da classe operária.

Frente à guerra imperialista dos EUA contra o Iraque, a direção da UNE se colocou sob a bandeira de "paz" da social-democracia, confundida com a paz do imperialismo da França e Alemanha. O governo Lula declarou-se pelo desarmamento pacífico do Iraque. Diante da invasão, o PT/Lula não moveu uma palha em defesa do Iraque oprimido contra as potências opressoras. A direção da UNE ficou submissa à posição capituladora do governo brasileiro.

O movimento estudantil vem repudiando o Provão por todo o país, cresce a cada ano o número de estudantes que o boicotam. Mas a direção da UNE formulou a política da "Avaliação de verda-

de", e aceitou participar da elaboração do mesmo Provão sob o governo Lula.

Tudo isso porque o PCdoB e PT expressam na direção da UNE a mesma política de adaptação ao capitalismo e às pressões da classe burguesa. A mesma que expressam na CUT e sindicatos. Tais partidos, hoje, estão enraizados no Estado burguês.

O PT o dirige com o governo Lula e o PCdoB segue seus passos. Prometeram nas eleições um governo "democrático e popular" que faria mudanças em favor do crescimento econômico, do emprego, da reforma agrária e do fim da fome. Ao mesmo tempo, selaram um acordo com os banqueiros e credores mundiais de manter os contratos, que sangram a economia nacional e empobrece o país. Prevaleceram os interesses espoliadores dos monopólios internacionais e dos parasitas internos ligados ao capital financeiro.

A burguesia de conjunto aplaudiu o governo PT/Lula por ter se orientado em direção ao grande capital e deixado de lado o palavreado de reformas populares e nacionais do capitalismo. E a UNE seguiu os passos do PCdoB de submissão ao governo de traição às aspirações das massas de mais emprego, de fim da fome, reforma agrária e educação gratuita para todos.

Estão mascarando um governo que logo nos primeiros passos de seu mandato se mostrou submetido às leis econômicas do capitalismo decadente e refém da supremacia do capital financeiro. O conjunto de medidas adotadas já havia sido planejado pelo governo FHC e as reformas antipopulares já vinham sendo impostas pelo governo pró-imperialista. Tudo isso é muito conhecido e não deixa dúvida que os resultados continuarão a ser maior endividamento do País, maior concentração de riqueza e crescimento da miséria dos explorados.

O argumento de que o governo está apenas começando e que prepara as condições para futuras mudanças é um jogo

para justificar a traição. As bases de sua política econômica e a orientação estratégica de concentração monopolista estão dadas. É delas que partem os primeiros resultados, como a bárbara reforma da Previdência, a política salarial de arrocho e sobretudo o anunciado salário mínimo de fome.

Não é por acaso que o governo passou a declarar que não poderá cumprir a meta de emprego e de reforma agrária. Seu hipócrita Fome Zero de assistencialismo burguês rapidamente revelou-se como farsa. O fato é que está empenhado em cumprir as metas econômico-financeiras ditadas pelo imperialismo.

O PT e PCdoB se valem daquele argumento porque estão diante da prematura quebra de ilusão de uma parte dos trabalhadores e da juventude, principalmente dos que mais se empenharam em fazer do PT governo. A UNE, UBES, CUT, sindicatos etc foram colocados abertamente a serviço da candidatura de Lula e da aliança com setores capitalistas, incentivando as ilusões das massas em um governo de mudanças populares. Acobertaram o verdadeiro programa de governo capitalista e de subserviência ao capital monopolista.

Esse compromisso faz da direção da UNE uma correia de transmissão de um governo de traição nacional e das aspirações dos explorados de verem seus principais problemas resolvidos.

Já não se pode dissimular a política de integração das organizações de massa ao Estado burguês e à democracia dos opressores do povo. Chega-se ao ponto da direção da UNE, da CUT e CNTE fazerem parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, controlado pelos mais poderosos empresários e voltado à política de pacto social do governo PT/Lula. Esse é o grande problema do 48 Congresso da UNE.

Está colocada uma inflexível luta programática por arrancar a UNE das mãos dos estalinistas e petistas. Sabemos

que ainda não será possível cumprir essa tarefa estratégica, uma vez que não temos uma fração revolucionária enraizada no seio da juventude, que possa expressar a política do proletariado de destruição do capitalismo. Mas está se despertando a necessidade de construir uma direção que encarne o programa da revolução socialista, ou seja, da revolução e ditadura do proletariado.

O combate programático, ideológico e prático ao estalinismo mascarado de comunista e ao reformismo mascarado de humanitarismo é condição para se organizar a corrente proletária socialista dos estudantes e preparar as condições para derrotar a direção estatizante da UNE. Destacamos alguns pontos essenciais de defesa no 48 Congresso:

Resoluções:

1. Rompimento da UNE com o governo PT/Lula. Não participação no Conselho Econômico. Não ao pacto social. Rejeição da política antinacional e antipopular. Exigência de que cumpra imediatamente com a promessa eleitoral de abertura de 10 milhões de emprego, reforma agrária e que nenhum brasileiro fique sem comer três refeições ao dia. Salário mínimo real calculado pelas organizações operárias. Rompimento de todos acordos e contratos com o imperialismo. Não pagamento da dívida externa e interna. Recuperação das estatais, sem indenização e sob o controle dos tra-

balhadores. Independência nacional. Fim das negociações da Alca.

2. Defesa da Universidade Pública Gratuita, Laica e Vinculada à produção social. Fim do sistema particular de ensino. Estatização da escola particular, sem indenização. Implantação do sistema único público, autonomia da universidade regida pela assembleia universitária e revogabilidade do mandato de todos cargos eletivos. Ensino científico em que parte do tempo o estudante está na produção social e parte na universidade. Ingresso a todos ao ensino em todos os níveis. Fim do vestibular, livre acesso e vaga a todos. Eliminação das universidades públicas de todas as medidas de ensino pago: taxas, fundações. Fim do provão. Fim da repressão aos movimentos. Defesa da democracia universitária.

3. Defesa da autodeterminação dos povos. Combater a opressão imperialista. Expulsão da coalizão militar dos EUA do Iraque. Enfrentar o intervencionismo econômico e bélico do imperialismo. Defender incondicionalmente o direito de armamento dos povos oprimidos. Não aceitar nenhum tipo de intervencionismo da ONU sobre povos e nações oprimidas. Total independência e soberania para os países resolverem seus próprios problemas. Constituir a frente única antiimperialista, sob o programa e direção do proletariado.

4. Unidade do movimento estudan-

til com o movimento operário e camponês. Romper o corporativismo criado pelo capitalismo, que divide os movimentos sociais. Apoio ativo às ocupações de terra, às greves operárias e às manifestações populares. Combate às reformas contrárias à vida dos trabalhadores. Defesa de suas reivindicações. Intransigência contra a "flexibilização do trabalho", destruição de direitos, terceirização da mão de obra. Denúncia da burocracia sindical e dos partidos que eliminam a democracia operária, dividem os movimentos e praticam o corporativismo. Combate à política de conciliação de classe. Rejeição ao pacto social do governo PT/Lula.

5. Organização do movimento estudantil sob o método, a tática e a estratégia da classe operária. Desenvolver o método da ação direta, aplicar a tática da independência em relação ao Estado, aos partidos da burguesia e demais instituições da ordem capitalista e desenvolver a estratégia da revolução socialista-revolução e ditadura proletárias. Combater o método, a tática e a estratégia que subordinam os movimentos sociais aos governos capitalistas, praticam a conciliação de classe, prendem-se ao parlamento e ao eleitoralismo. Organizar o movimento estudantil estabelecendo uma ponte entre as reivindicações mais imediatas de ensino com a estratégia da revolução proletária.

A UNE realiza seu congresso para legitimar o apoio às reformas de Lula

Em junho acontece o 48º Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes. O congresso acontece num momento em que a UNE tem jogado em favor da política continuísta governamental. Aceitou participar do Pacto Social, da elaboração do Provão e tem se manifestado favorável à aprovação das reformas do governo Lula, continuístas da política neoliberal de FHC. A realização do Congresso deveria permitir aos estudantes discutirem e aprovarem democraticamente resoluções do papel da UNE na atual situação. Mas o PCdoB, através de sua corrente UJS – União da Juventude Socialista, já colocou a UNE no campo da colaboração com o governo e sua políti-

ca, taxados pelo PCdoB de nacional-desenvolvimentista. O Congresso servirá apenas de instrumento legitimador dessa política, oposta ao interesse dos estudantes e à defesa da universidade pública e gratuita e do ensino científico.

O congresso é burocrático, expressão da burocratização da própria UNE

A UNE é uma organização distante dos estudantes, e burocratizada. O distanciamento da UNE em relação dos estudantes é consequência da política da direção (UJS/PCdoB), que não pode per-

mitir a livre expressão das necessidades e dos anseios dos estudantes, porque colocariam abaixo a sua linha de colaboração e mesmo sua direção.

O regimento é feito de forma a dificultar ao máximo a discussão de programas e a participação da base. É um estímulo à fraude, o que facilita a vida da direção atual e amarra as mãos da oposição disposta a repetir a prática da UJS.

Para o movimento estudantil, é muito mais importante a discussão preparatória ao congresso, que permite a defesa do programa revolucionário junto aos estudantes, oposto ao do PCdoB, e a denúncia dessa burocratização da UNE, que o próprio congresso. Lá, em Goiã-

nia, sabemos que imperará a manipulação de delegados, a fraude, as manobras que evitam a discussão real dos problemas, os conchavos entre as correntes, a disputa por cargos. E o pior de tudo: a aprovação, por esses meios espúrios, da política da atual direção.

A luta política central

O mais importante diante do Congresso e da situação política atual, é a luta contra a colaboração da UNE ao Pacto Social, ao Provão, combate às reformas (principalmente a da previdência), e à política conciliatória com os capitalistas da educação. A UJS apresentou um programa para o Congresso que coloca a UNE atada ao governo e de mãos dadas aos mercantilizadores da educação:

- Em relação ao governo, defende a independência mas o apoio à sua política e suas reformas, o que inclui a da previdência, que pode resultar em milhares de pedidos de aposentadoria nas universidades públicas e a consequente inviabilização de cursos. Como se vê, a independência defendida é uma fraude, o que propõem de fato é a colaboração.

Uma independência de fato significa lutar contra o governo que aplica a política de mercantilização do ensino e as reformas neoliberais.

- Defende o Pacto Social, que é uma granja de criação das reformas neoliberais, e a participação da UNE nele. O Pacto é uma espécie de mordaza dos movimentos sociais. O governo pretende usar o pacto para negociar as reformas e comprometer as organizações de massa com elas. Uma luta consequente contra a linha neoliberal inclui o combate ao Pacto Social.

- Defende a discussão e participação na elaboração do provão. O provão tem de acabar. É um instrumento de privatização e mercantilização do ensino. A crítica e autocrítica da universidade só pode ser feita consequentemente pela própria comunidade universitária.

- Apóia a "normatização" do funcionamento das fundações privadas na universidade pública, que são instrumentos de privatização do ensino e pesquisa. A posição de defesa da universidade pública requer a defesa de fim das fundações, e não sua regulamentação.

- Não luta pela estatização da rede particular, ao contrário, tem como meta

a covarde cifra de 40% de estudantes no ensino público, além de defender os mecanismos de favorecimento dos capitalistas, como o Creduc, e as cotas. A reivindicação democrática de vagas para todos é a que une os estudantes e tem de estar ligada à estatização das escolas particulares sob controle da comunidade e fim dos vestibulares.

- Tem como estratégia de poder a divisão dele com a burocracia universitária, ampliando a participação dos estudantes na estrutura burocrática atual. As reivindicações estudantis estão ligadas à luta pela derrubada da burocracia e pela soberania das assembleias universitárias, com governo tripartite que seja sua expressão, portanto do poder estudantil.

A denúncia e o combate à política da UJS/PCdoB são as tarefas da juventude revolucionária diante desse congresso. A linha da esquerda petista e do PSTU de pretender mudar a direção sem que isso seja obra da mobilização nacional dos estudantes, mas de um acordo de correntes, está fadada ao fracasso.

Tese da Corrente Proletária Estudantil ao Congresso da UNE

Apresentamos abaixo as posições, propostas e bandeiras que o POR defende para o Congresso da UNE

Situação Nacional: O movimento estudantil e o governo Lula

Os Congressos da UNE e UEE ocorrem numa conjuntura marcada pela chegada do PT à presidência da república, e a consequente tendência à conciliação das organizações sindicais, populares e estudantis com o governo e os capitalistas. Assim, a discussão da relação do movimento estudantil com o novo governo e suas políticas deve constituir-se no centro dos debates e resoluções a serem aprovadas.

A grande maioria das correntes e partidos de esquerda considera a vitória do PT como uma vitória dos movimentos sociais organizados, um salto na consciência das massas e assim por diante. Por isso, mostram perplexidade quando se deparam com a política desenvolvida pelo novo governo, na

essência a mesma linha neoliberal desenvolvida por FHC.

O governo Lula é resultado de uma aliança do PT com setores de todos os partidos burgueses, até os mais à direita, e sob o aval do capital financeiro internacional. Venceu as eleições tutelado pelo poder econômico. Por esses compromissos assumidos, só pode expressar a continuidade das políticas que interessam aos mesmos grupos que sustentavam o governo FHC.

E qual é a essência da política do governo Lula? Prosseguir com a implantação das reformas iniciadas pelo governo anterior, tendo como instrumento principal o pacto social. Significa que se empenhará pela realização das reformas da previdência, trabalhis-

ta, tributária; sustentará o parasitismo financeiro baseado no endividamento público, cumprindo com todos os compromissos assumidos com o capital financeiro internacional, principalmente mantendo o pagamento das dívidas externa e interna; defenderá o latifúndio contra as ocupações de terra; manterá os cortes de gastos nos serviços sociais públicos, em benefício dos capitalistas.

Os primeiros passos dados pelo governo vão todos nessa direção: cortes de gastos sociais, elevação de juros, elevação de impostos pela não correção da tabela do imposto de renda e manutenção da CPMF, preservação do salário mínimo de fome, reforma da previdência baseada na taxação dos aposentados, redução do valor da pen-

são e aumento da idade mínima. Trata-se de uma política recessiva, que só pode levar ao aumento do desemprego e arrocho salarial.

O pacto social é o instrumento para viabilizar as reformas neoliberais ainda não realizadas por FHC. Ao invés de enviar projetos diretamente ao Congresso Nacional, para que as frações da burguesia ali negociem sua aplicação, montou um "Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social" para que essas reformas possam ser apresentadas posteriormente ao parlamento como acordos feitos com a participação de todos os segmentos sociais. Assim, o ataque aos aposentados, a destruição dos direitos trabalhistas, o aumento de impostos etc. seriam legitimados pelo apoio das organizações sindicais, populares, camponesas e estudantis no interior do pacto social. Enviados ao Congresso e aprovados, não teriam oposição dessas mesmas organizações para sua implantação. O pacto social é instrumento dos capitalistas para submeter os explorados à opressão, através do comprometimento das organizações. Por isso, deve ser rejeitado pelos movimentos em geral, e pelo movimento estudantil em particular. Os congressos da UEE e UNE têm a tarefa de rejeitar a participação no pacto social, defender a independência do movimento em relação ao governo e organizar a luta pelas reivindicações.

O governo Lula tem reafirmado a essência da política educacional do governo de FHC. A preservação do provão é expressão disso. O provão é um instrumento da política educacional ditada pelos organismos do imperialismo (Banco Mundial etc.). Serve para a realização de cortes e rearranjos nos orçamentos das universidades públicas e para beneficiar a rede privada, em particular seus grupos mais poderosos. A direção da UNE traiu os estudantes ao aceitar a preservação do provão e inclusive indicar representante para ajudar na elaboração desse instrumento destruidor do ensino público. A participação da UNE na elaboração do provão é resultado da sua política com a bandeira "por uma avaliação de verdade", que rejeitava a luta pelo fim do provão e procurava estabelecer um "meio termo" entre a política governis-

ta e as necessidades estudantis. Cabe aos Congressos da UNE e das UEEs reafirmarem a luta pelo fim do provão e desautorizarem a participação da direção estudantil na sua elaboração.

Ao manter as reduzidas verbas, não reajustar os salários dos professores e funcionários, manter os benefícios ao capital privado etc., o governo Lula mantém a essência da linha privatista de FHC. O movimento estudantil tem de manter a defesa das reivindicações e a independência diante do governo Lula. O que não pode ser traduzido com uma neutralidade diante desse governo, mas de combate à sua política continuísta. De nada adianta a direção da UNE dizer no primeiro ponto de sua resolução que é independente do governo e no segundo dizer que apóia sua política educacional e seu programa, feito sob medida para as exigências do capital financeiro internacional e dos capitalistas nacionais. Cabe à UNE organizar a luta nacional dos estudantes contra a política privatista, em defesa das bandeiras do movimento estudantil.

O governo Lula mantém a submissão ao imperialismo. Foi eleito com o aval do capital financeiro internacional, e sua política externa é de submissão a ele. Não se opõe à implantação da Alca (pretende apenas negociá-la), não defende a autodeterminação das nações (intermediou a crise venezuelana para um acordo com os EUA, não se coloca ao lado do Iraque contra a ofensiva imperialista, defende a submissão do Iraque à intervenção da ONU), mantém o pagamento dos juros e serviços da dívida externa e os compromissos com os organismos do imperialismo. A direção da UNE se coloca a reboque do governo, quando repete a defesa do Mercosul. O Mercosul não é um instrumento de defesa dos países atrasados em relação ao imperialismo ianque, mas um mecanismo de aproximação de forma submissa dos países membros em relação ao imperialismo europeu. E não se trata de defender a submissão do país em relação a essa ou aquela potência imperialista. A defesa da independência nacional é parte da luta antiimperialista, que leva à luta anticapitalista. E só pode ser conseqüente com a luta de massa pelas rei-

vindicações antiimperialistas, e não o apoio a essa ou aquela fração capitalista.

O governo Lula mantém a criminalização das ocupações dos sem-terra, punindo-as com a retirada das terras ocupadas do programa de reforma agrária. Está comprometido com a defesa do latifúndio, chamado indevidamente de "produtivo". Entregou a direção da política agrícola/pecuária (ministério da agricultura) a um representante dos latifundiários.

O governo Lula mantém a miséria com o mínimo de 240 reais. O salário mínimo de fome é garantia de preservação da miséria para milhões de brasileiros. Submeter a elevação do salário mínimo aos compromissos com os parasitas da dívida pública é preservar a miséria em benefício dos magnatas.

Os passos que tem dado o governo Lula indicam que não cumprirá com as promessas de campanha de gerar 10 milhões de empregos, realizar a reforma agrária e garantir 3 refeições ao dia para os famintos. Somente a luta nacional de massa, ao redor das reivindicações mais sentidas, e com total independência diante do governo, pode abrir caminho para a defesa das condições de vida da população e o combate à opressão nacional e social.

• Não ao apoio ao governo Lula e sua política continuísta, nada de submeter o movimento estudantil ao governo;

• Não ao pacto social;

• Que a UNE saia imediatamente do "Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social" (Pacto Social);

• Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto;

• Não às reformas neoliberais do governo.

• Contra a reforma da Previdência do governo Lula;

• Que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca;

• Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa;

• Que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara;

• Que o governo atenda as reivindicações dos explorados, de emprego e terra aos camponeses. Que as organizações sindicais e populares formem comitês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras;

Universidade e movimento estudantil

A luta na Universidade é luta contra os capitalistas e seus governos

A universidade é parte integrante e superestrutural da sociedade e da realidade nacional da qual é produto. A superestrutura atua sobre a estrutura e tende a modificá-la positiva ou negativamente. A universidade tem jogado um papel contraditório ao longo da história. Ela está inserida numa sociedade capitalista, marcada pela luta entre classes sociais irreconciliáveis.

As reivindicações da comunidade universitária são imediatas ou do tipo democrático-burguesas. O ensino público e gratuito para todos, a autonomia universitária etc. são reivindicações que o capitalismo só conseguiu cumprir em alguns países desenvolvidos (até nestes, essas conquistas estão sendo destruídas), às custas de muita opressão sobre a maioria de nações atrasadas. Nestas, a classe dominante mostrou-se impotente para cumprir com essas tarefas democráticas elementares.

A classe dominante coloca-se hoje em oposição à resolução destas questões. A crise do capitalismo obriga os estados nacionais a agirem no sentido oposto: destruir a educação para preservar o parasitismo financeiro. É daí que vem a linha de desresponsabilização do Estado para com o ensino superior. A luta em defesa da educação se choca frontalmente contra os governos e os capitalistas, empenhados em liquidar com o ensino público e mercantilizar a educação.

Real autonomia universitária

A luta pela autonomia universitária é um fenômeno histórico, que objetiva arrancar a universidade do controle e manipulação da classe capitalista. Ela é necessária para que a universidade possa estar nas mãos daqueles que a sustentam com seu trabalho. Por isso não se constitui numa independência neutra em relação às classes, mas numa opção consciente pela adesão à luta dos explorados contra os exploradores e seus governos.

A autonomia que defendemos não tem nada a ver com a malfadada auto-

nomia financeira em vigor. Esta é uma manobra dos governos para sucatear o ensino. Ao invés de determinar tudo o que a universidade deve gastar, o Estado concede uma verba insuficiente, e atribui sua administração à burocracia universitária, que é sua marionete. Sob uma aparência pseudo-democrática, amplia-se o autoritarismo e a manipulação da universidade pelos capitalistas e seus governos de plantão.

O domínio da burocracia universitária sobre as verbas leva à distribuição discriminada dos recursos, de acordo com os interesses capitalistas. Os cursos ligados à produção e tecnologia, portanto à lucratividade, são favorecidos em detrimento das ciências humanas, por exemplo. Nos momentos de crise, essa diferenciação se destaca, pela inviabilização de outros cursos. É mais uma mostra do papel reacionário da burocracia que domina a universidade.

A real autonomia universitária é aquela em que o Estado sustenta a universidade sem nenhuma ingerência sobre ela. O orçamento é deliberado pela comunidade universitária de forma soberana e cabe ao Estado a garantia de recursos para realizá-lo. Isso vale para qualquer atividade na Universidade.

Assembléia universitária

O combate à burocracia só pode ser conseqüente se levado a cabo pela mobilização da comunidade. É a assembléia universitária que se opõe conseqüentemente ao controle burocrático. Pouco adianta formalidades democráticas de eleição em urna dos dirigentes da universidade, na medida em que estes não têm compromisso nem podem ser removidos de seus postos pelo mesmo método. É a mobilização que está por trás da assembléia universitária, a única força capaz de se contrapor ao domínio do Estado e dos capitalistas sobre a universidade. A real autonomia universitária só pode acontecer com a soberania da assembléia universitária.

Poder estudantil

A assembléia universitária concentra a sua força na mobilização estudantil. Por

serem maioria, por não terem interesses corporativos, por sua ligação com a população, os estudantes têm o papel preponderante. A universidade só pode jogar um papel progressivo sob o poder estudantil. Só pode servir a quem a sustenta se varrer com a burocracia universitária, instituir a autonomia universitária, baseada nas assembléias universitárias, no governo tripartite subordinado a elas e na eleição direta de todos os cargos com revogabilidade de mandato.

A direção da UNE e a maioria das esquerdas defendem a divisão de poder com a burocracia universitária, através da bandeira da paridade. Propõem resolver os problemas da universidade numa relação pacífica com esta burocracia. Entretanto, destruir a burocracia universitária (não apenas repartir o poder com ela), que dirige autoritariamente a universidade e é correia de transmissão da classe dominante, e defender a Assembléia Universitária como forma de se contrapor ao domínio do Estado e dos capitalistas sobre a universidade são condições para a resolução efetiva dos problemas da universidade.

Aliança operário-estudantil

Na universidade, assim como nos outros fenômenos sociais, existem duas tendências contrapostas: a revolucionária e a reacionária. As lutas da comunidade universitária contra os governos e suas políticas refletem a luta de classes, a contradição entre explorados e exploradores, e a disputa entre classes para arrastarem-na para seu lado. Nesse sentido, a burocracia universitária representa os interesses do governo e dos capitalistas, enquanto os alunos, professores e funcionários os combaterão por suas reivindicações, utilizando os métodos próprios de luta do proletariado. Essa condição objetiva leva à necessidade da aliança entre os estudantes (e professores e funcionários) e o proletariado. Mais ainda: só com a unidade com o proletariado será possível à comunidade universitária derrotar definitivamente a burguesia e seus governos e alcançar plenamente suas reivindicações. Assim, a luta estudantil tem em seu horizonte a luta pela revolução social e o socialismo.

Educação

Estatização e livre acesso ao ensino superior público

O ataque ao ensino superior público ocorre sob diferentes formas: a destruição da assistência estudantil, a privatização de setores da universidade (através das Fundações Privadas), a promoção de avaliações coercitivas e punitivas a professores, funcionários e estudantes, a criação de cursos de curta duração (seqüenciais). O modo de combatê-lo é a defesa do ensino público e gratuito para todos, o que pressupõe que seja único, laico e vinculado à produção social.

O ensino público sofre com a concorrência do ensino privado. A existência de um se choca com o outro. Os capitalistas que exploram a educação lutam para ampliar cada vez mais seu mercado, crescendo contra a universidade pública, como tem acontecido nos últimos anos. A defesa do ensino público só pode ser conseqüente juntamente à luta pelo fim do ensino privado. Para tanto, é necessária a estatização das escolas privadas, sob controle da comunidade universitária, sem indenização. Isso é ensino único: ensino público para todos, extinção do ensino pago. O fim dos vestibulares é uma bandeira que é parte da luta pelo fim do ensino privado, porque os exames excludentes alimentam o mercado das escolas privadas.

O livre acesso ao ensino superior a todos é uma reivindicação democrática que depende da luta à morte contra o ensino privado e que se contrapõe à defesa do sistema de cotas. Qualquer tipo de cota aplicada pelo Estado (seja para negros, seja para pobres, etc) só pode ter como conseqüência a divisão dos estudantes, o enfraquecimento do movimento e a negação desse livre acesso. A existência do ensino único (somente público) acabará com a mercantilização da educação e garantirá vagas para todos.

Na rede privada, cabe ligar as reivindicações mais imediatas com a estratégia de estatização. Pela anulação

das dívidas dos inadimplentes, redução das mensalidades, anistia das dívidas oriundas do Creduc etc.

A interferência das igrejas sobre a educação reforça o anticientificismo e o obscurantismo. Além de se constituírem num alicerce para o ensino privado, as igrejas interferem na educação. O ensino e a pesquisa científicos são incompatíveis com as influências da religião. A defesa do ensino laico é fundamental na luta pelo ensino e pesquisa científicos.

A separação entre a teoria e prática é própria do modo de produção capitalista. A divisão social do trabalho sob a propriedade privada dos meios de produção trouxe também a separação entre o fazer e o pensar. Essa separação se transmite para a educação e torna o ensino algo separado da prática, enfadonho, repetitivo, decorativo, desconexo, fragmentado. O ensino pleno, que eduque de forma plena o ser humano, tem de unir a teoria e a prática. O ensino vinculado à produção social é isso: unir teoria à prática.

Sabemos que o capitalismo impõe aos estudantes a separação do fazer e do pensar. As jornadas de trabalho extenuantes esgotam as cabeças dos jovens trabalhadores e a educação capitalista é dissociada da prática social. Por isso, a defesa das reivindicações imediatas que se ligam à do ensino público e gratuito para todos, único, laico e vinculado à produção social se ligam à defesa da revolução social e socialismo.

Lutar contra as medidas privatistas

A política privatista do ensino superior tem se desenvolvido de diversas formas. Uma das principais tem sido a imposição de mecanismos privatistas no interior da universidade pública. Taxações, cortes de direitos, destruição da assistência, sucateamento, implantação de fundações.

Pelo seu papel diversificado no ensino e pesquisa, não interessa aos grupos privados a privatização por

leilão da totalidade da universidade. As fundações são mecanismos de privatização por partes, e se adequam melhor aos interesses dos capitalistas e dos grupos burocráticos dirigentes da universidade.

Intermediando o público e o privado, submetem um a outro. Parasitam os recursos públicos, utilizando estrutura, pessoal e serviços da universidade. Faturam por isso e com o poder econômico condicionam ensino e pesquisa, normatizando-os aos interesses particulares.

Resultam na aniquilação de áreas de ensino e pesquisa não interessantes ao acúmulo de capital e favorecendo outras. Corrompem os docentes e estudantes com salários e bolsas apetitosas. E vão tornando a universidade pública em privada, por partes.

O movimento estudantil tem se colocar claramente pelo fim desses parasitas privatistas da universidade pública, que são as fundações privadas. A UJS tem difundido a idéia de transparência e regulação das fundações. Essa posição é de submissão a elas, só pode favorecer seu crescimento e o alcance dos objetivos privatistas.

A rejeição das taxas, a exigência de condições de ensino, de assistência estudantil para todos, contratação de professores e funcionários, do fim do provão de outras avaliações ditadas pelo Estado são bandeiras que podem dar a unidade nacional às lutas estudantis e a força necessária para alcançá-las.

•Pelo fim do Provão. Que a UNE não participe de sua elaboração;

•Pelo fim das Fundações Privadas nas universidades públicas;

•Livre acesso para todos. Fim dos vestibulares. Fim do ensino privado. Estatização da rede particular sob controle da comunidade;

•Contra as cotas. Ensino público, gratuito para todos, laico e vinculado à produção social.

•Abaixo a burocracia universitária. Pela real autonomia universitária, baseada na soberania assembléia universitária;

•Universidade sustentada exclusivamente pelo Estado;

O Movimento Estudantil e a ofensiva imperialista

O movimento estudantil tem de res-ponder ao problema da ofensiva imperia-lista, que se desencadeia sob dois inter-vençionismos: econômico e bélico. De um lado, o imperialismo pressiona pela aber-tura de mercados dos países atrasados e preservação de seu protecionismo. De ou-tro, realiza uma ofensiva bélica para des-truir governos de traços nacionalistas e colocar esses países sob total controle.

A crise mundial do capitalismo, mar-cada pela superprodução, acirradas dis-putas por mercado, grande excedente de capital financeiro parasitário e ameaça de quebradeiras em setores do grande capi-tal, empurra a maior potência ao expansi-onismo colonialista. As multinacionais do petróleo, as empreiteiras, grupos co-merciais e a indústria bélica já colocaram abertamente os interesses particulares do grande capital sediado nos Estados Uni-dos. Trata-se do domínio territorial das regiões produtoras de petróleo por uma fração do capital imperialista.

O objetivo de destruir o regime políti-co de Saddam Hussein, com o argumento de que se trata de uma ditadura sangui-nária e terrorista, mostra sua falsidade. Os Estados Unidos/Inglaterra necessita-ram extirpá-lo não por ser uma ditadura, mas por expressar o nacionalismo numa região estratégica petrolífera e imersa em convulsões antiimperialistas protagoni-zadas pelas massas oprimidas.

Não houve nem há choque frontal en-tre o imperialismo francês/alemão com os Estados Unidos/Inglaterra a respeito da colonização do Iraque. As divergênci-as entre dois blocos, em torno da inter-venção da ONU – desarmamento pacífico ou militar do Iraque – ficaram para segundo plano, após a invasão dos Estados Unidos ao Iraque. Não houve acordo entre as potências de como dividir o domínio sobre o Iraque. Mas os aliados do campo do “desarmamento pacífico” do regime de Saddam se mostraram im-potentes frente a hegemonia dos Estados Unidos, reforçada pela aliança an-glo-americana. Os Estados Unidos passa-ram por cima da resistência diplomática da fração imperialista européia, desconten-te com os rumos do expansionismo norte-americano. Todos são responsáveis pela guerra e pelo genocídio do povo ira-quiano.

A ONU foi o palco da teatralização entre a fração imperialista hegemônica pró-guerra a qualquer custo e a fração do desarmamento pacífico do Iraque. Todos sabiam que a guerra seria desfechada. Os Estados Unidos já haviam decidido por ela e já tinham selado a aliança com a Inglaterra. O que estava em jogo era se a guerra se imporá por decisão acima da ONU ou se passaria pela sua autorização. Em nenhum momento teve seriedade a posição de não guerra.

Cresce por toda a parte o movimento de massa contra a guerra. Os primeiros acontecimentos devastadores e sangren-tos impulsionaram ainda mais os explora-dos às ruas. Os governos os reprimiram frente à radicalização contra os EUA e seus aliados. Mostraram-se serviçais do imperialismo. Temem que a marca paci-fista imprimida por suas direções soci-al-democrata e religiosa seja ultrapassada pelas massas que, vendo o massacre, caminham para posições revolucionárias antiimperialistas e anticapitalistas.

Não há uma intervenção organizada da classe operária. Somente a intervenção organizada do proletariado, aquele que pode impedir a fabricação de armamen-tos e munição, bloquear portos, aeropor-tos e estradas de ferro para impedir o deslocamento de armamentos e materiais bélicos, pode de fato atingir os interesses dos monopólios e seus governos voltados à guerra. A luta para derrotar o imperia-lismo depende não só da solidariedade internacional mas fundamentalmente da colocação das tarefas antiimperialistas e anticapitalistas internamente a cada país. A bandeira de expropriar o grande capi-tal e romper todos os acordos com o im-perialismo deve fazer parte da campanha pela derrota da guerra imperialista. A luta pela autodeterminação dos povos se contrapõe às posições pacifistas, que aco-beram as raízes capitalistas e imperialis-tas da guerra. Coloca-se a bandeira de luta revolucionária contra a guerra e a ocupação imperialista.

A paz mundial só será conquistada com o fim do capitalismo. Enquanto este existir não poderá haver harmonia entre os homens de um país e entre os povos. O imperialismo é a fase última do capitalis-mo em que prevalecem guerras, revolu-ções e contra-revoluções. O pacifismo

não leva à paz. Acoberta as razões materi-ais e históricas das guerras interimperia-listas e colonialistas, como a dos Estados Unidos contra o Iraque. Não é possível harmonizar os interesses do capital e con-ciliar opressores e oprimidos. O capitalis-mo em decomposição necessariamente tem de recorrer às guerras e à violência reacionária da burguesia contra a maioria explorada. Os povos oprimidos ou se rebelam contra a sangria de seu país ou se submetem a uma situação cada vez mais violenta de fome e miséria. Para suprir o capitalismo, o proletariado tem de defen-der os povos oprimidos que enfrentam com armas nas mãos o imperialismo; tem de recorrer à guerra de classe para des-truir o poder do capital. A cada situação de guerra como a que está ocorrendo vem à tona a necessidade histórica da revolu-ção proletária.

O movimento estudantil tem de se co-locar claramente contra a guerra imperia-lista, colocando-se ao lado do Iraque contra o intervencionismo imperialista, defendendo a autodeterminação (direito do Iraque se armar), não se submetendo à politicagem das potências imperialistas na ONU, e exigindo do governo Lula que aja contra o genocídio do povo iraquiano, convocando manifestações de rua. E que a CUT e os sindicatos se mobilizem, colo-cando a greve operária nas multinaciona-lis como meio de pressão efetiva contra os capitalistas que manejam o governo Bush.

No campo nacional, cabe a defesa da luta antiimperialista, que pressupõe: lutar para que o governo Lula imediatamente rompa com a Alca; que cesse imediata-mente o pagamento da dívida externa; que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara; que assim defenda a independência nacional, não descarregue a crise sobre as massas e atenda as reivindicações dos explorados, de emprego e salário e terra aos camponeses; que as organiza-ções sindicais e populares formem comi-tês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras.

- Contra as resoluções intervencionistas;
- Contra as guerras imperialistas;
- Pela autodeterminação dos povos (o que inclui o direito de se armar);
- Ao lado aos países oprimidos contra os países opressores.

A luta para tornar a UNE em instrumento da luta estudantil

A burocratização da UNE tem suas raízes na contradição entre a política de sua direção e as necessidades e anseios dos estudantes. A UJS (PCdoB) é movida a afastar cada vez mais a base estudantil das decisões, porque a expressão da luta estudantil pelas reivindicações colocaria abaixo a política e a direção burocrática.

O PSTU e as correntes de esquerda do PT afirmam que a fórmula para a desburocratização da UNE está na realização de eleições diretas para a diretoria da entidade. Contrapõem-na aos congressos, como se a burocratização da UNE fosse consequência da forma organizativa e não da política da direção.

Os congressos são a forma própria da

democracia estudantil, que os tomou emprestado da democracia operária. Pelos congressos, os delegados representantes de estudantes de todas as partes do país, podem expressar suas posições e propostas políticas, de acordo com a representação delegada por um número de estudantes da base. A eleição da direção num congresso une a deliberação de propostas com a escolha de quem vai colocá-las em prática. E permite que todos os grupos de estudantes, por mais minoritários que sejam, e mesmo desvinculados da estrutura dos partidos, possa se manifestar, participando das discussões e decisões. A eleição direta desvincula os congressos da escolha de quem vai colo-

car as decisões em prática. Anulará assim a importância política dos congressos e colocará a eleição da direção nas mãos dos partidos com maior organização nacional, estrutura e poder econômico. Excluirá da disputa pela direção qualquer grupo independente ou corrente minoritária, que só poderão fazê-lo atrelados aos partidos e submetidos a eles.

A democratização da UNE passa pela mobilização nacional dos estudantes, pela construção de uma nova direção baseada num programa que parta das reais necessidades estudantis e conclua na luta revolucionária pelo socialismo.

Ceará

Governo do Ceará vem sucateando o ensino público

Há 16 anos, a oligarquia do Tasso Jereissati (PSDB) vem aprofundando os ataques sobre a educação pública com a implantação do sistema de TV (telensino) no Ensino Fundamental e, no ano 2000, impôs o Tempo de Avançar (Telecurso 2000) para o Fundamental e Mé-

dio. Com isso, o governo eliminou muitos empregos de professores. No lugar de sete professores há apenas um em sala de aula. Também proliferou os chamados contratos temporários, sendo 11 mil no magistério e também nas Universidades (UECE, UVA e URCA).

Portanto, na rede estadual de ensino existe hoje uma carência de 11 mil professores. O governador Lúcio (PSDB) não tem interesse de preencher todas as carências, apesar de já ter sido anunciado a realização de um concurso público para professores em torno de 6448 vagas.

Nossa Classe no Ceará

Saiu o primeiro boletim dirigido para a classe operária. O Nossa Classe nº1 tem como matéria: "O que é o trabalho?"; "Fortaleza tem a 3ª Cesta básica mais cara do nordeste" e a defesa do salário mínimo real (vital).

Reproduzimos abaixo "O que é o trabalho?"

O trabalho é o meio que temos para garantir a nossa existência e as nossas necessidades materiais (comer, vestir, moradia, locomoção etc) que estão

condicionadas ao salário.

Porque não conseguimos custear nossas despesas com o salário que recebemos, se nós sacrificamos tanto para ter nossa "dignidade" (alimento, roupa, teto etc)? Na verdade, o salário não traz dignidade ao assalariado. Ele apenas mantém vivo para dar continuidade à exploração do trabalho e dar lucro aos seus patrões com a acumulação da riqueza que é produzida coletivamente pelos operários.

Além de não conseguir "viver dignamente" com esse salário, o trabalhador vê sua condição de vida sendo afetada diariamente através de abusivos aumentos nos preços das mercadorias e perdas de direitos elementares como o direito à saúde, educação pública e direitos trabalhistas. Enfim, todo tipo de saque praticado por um governo capitalistas e anti-operário, que só existe para servir a uma minoria que explora o trabalho humano (a classe operária).

Boletim da Corrente Proletária na Saúde

O Boletim nº.2 dirigido aos trabalhadores da saúde apresenta a pauta de reivindicações dos sanitaristas, da última assembleia, como a reposição das diárias, dois salários mínimos e direito à cesta básica.

A Corrente Proletária insiste que é necessário lutar pela efetivação de todos os sanitaristas. Mostrou que nada vale a cesta-básica se não há garantia de emprego. O método para conquistar essas reivindicações só pode ser o dos traba-

lhadores, ou seja, da mobilização direta, nas ruas e enfrentando o prefeito Juraci Magalhães (PMDB). Por fim, chama os sanitaristas a exigir da direção do SINEEPCE uma posição clara a favor do concurso público.

O Nossa Classe denunciou o acordo feito entre a Empresa e o Sindicato Metalúrgico do ABC

Burocracia impõe a terceirização através da fraude na assembleia

Feijóo manobra a Assembleia

A primeira condição para colocar uma proposta em votação é que todos os trabalhadores entendam o que está sendo votado. O vice-presidente do Sindicato (Feijóo), sabendo que havia um grande descontentamento por parte dos trabalhadores e que se houvesse transparência a proposta não seria aceita, deu início à assembleia com falsas acusações de ameaça de morte. Tudo teatro.

Logo em seguida, informou que um grupo de trabalhadores havia pedido o direito de colocar sua proposta no caminhão e que ele colocaria em votação se os trabalhadores autorizariam ou não.

Vejam como ele colocou em votação: *"Quem é a favor que um deles suba para falar contra a vinda do Tupi?"*

Vejam agora como deveria ser colocada a questão:

"Quem é a favor que um defensor da posição contrária à terceirização tenha a palavra na Assembleia?"

Mas há um outro problema. A diretoria tinha a obrigação de fazer o encaminhamento contra e um a favor se deveria falar ou não.

Como deveria ser:

A diretoria falaria contra o direito de um operário da Ala 21 que estava contra a terceirização. Em seguida, falaria o companheiro da Ala 21 para dizer porque a Assembleia deveria assegurar seu direito à palavra.

Mas o problema é maior do que esse. A diretoria não poderia colocar em votação o direito democrático dos opositores à terceirização falarem contra a posição da diretoria que estava a favor da terceirização.

O que a diretoria do sindicato fez foi cassar o direito à palavra dos operários em uma assembleia que era dos próprios operários e que tinha o objetivo de decidir sobre uma questão tão grave quanto à da extensão da terceirização para várias Alas da fábrica.

A diretoria usou seu poder autoritário, como ditadores donos do sindicato,

para impedir que os operários ouvissem as duas posições e votassem conscientemente.

A diretoria pisoteou a consciência dos operários, usando uma votação fraudulenta para impedir que os operários soubessem de toda consequência da terceirização.

Dizemos então que a Assembleia que votou a terceirização não foi democrática, não foi legítima e não foi soberana. Foi uma manobra para passar a posição dos patrões da Volks.

Como foi votada a terceirização

A manobra autoritária continuou. Vejam como a direção do sindicato colocou a proposta do acordo em votação. A pressa era tanta que Feijóo nem mesmo explicou a proposta, ou seja, as Alas que seriam terceirizadas, caso fosse aceita a proposta. O que leva a crer que a assembleia votou apenas a vinda do Tupi. E não a terceirização.

Simplemente perguntou: *"Quem é a favor do Tupi? Quem é contra o Tupi?"*

Dessa maneira, quem não votaria a favor? Até nós.

Como deveria ser feita a votação?

Tem duas posições na Assembleia. Uma a favor da terceirização que é a da diretoria do sindicato e outra contra a terceirização que é de operários de chão de fábrica.

A Volks diz que só trará o Tupi se houver a terceirização.

Quem é a favor da terceirização levante os braços.

Quem é contra da terceirização levante os braços.

Numa segunda votação, se diria:

Quem é a favor da vinda do Tupi?

Quem é contra a vinda do Tupi?

Se a Assembleia fosse democrática, teríamos uma defesa contra e outra a favor. Certamente, teria apenas contra e a favor a terceirização, pois ninguém teria motivo para ser contra a vinda do Tupi.

A força dos patrões para impor a terceirização

A vinda do Tupi foi usada como uma artimanha para a Volks avançar o processo de terceirização. Como ela quer ter um meio de eliminar direitos trabalhistas, rebaixar os salários, preparar demissões e quebrar a capacidade de luta dos operários, então colocou um problema nas nossas mãos, como se coubesse a nós colocar a força no pescoço. Ameaçou com a não vinda do Tupi, dizendo com isso que poderíamos ter consequências no trabalho. Assim, colocou em nossas mãos o laço da força.

A diretoria do Sindicato veio na Assembleia e nos disse: ou vocês vestem a força da Volks aceitando a terceirização ou a Volks colocará a força em vocês não trazendo o Tupi. O que a diretoria acabou fazendo com a votação fraudulenta da assembleia? Acabou fazendo os operários colocarem em si mesmos a força da Volks.

Comissão de fábrica da Ala 14 engana os trabalhadores

Enquanto os companheiros da Ala 21 estavam na luta contra a terceirização, a comissão de fábrica da Ala 14, com o apoio da fábrica, parou as linhas às 13:30 horas e em assembleia mentiu para os trabalhadores dizendo:

"Companheiros, temos de sair em passeata até o pátio para proteger o caminhão de som, pois a turma da Ala 21 fechou a Anchieta e está esperando o caminhão para quebrá-lo"

Os companheiros da Ala 14 nem imaginaram que tudo não passava de uma armadilha e que estavam sendo usados para defender a proposta de terceirização da empresa. Chegando no pátio, não havia ninguém da Ala 21 para quebrar o caminhão.

Na verdade, a diretoria do sindicato enganou os trabalhadores da Ala 14 para que um monte de bate-paus, que o sindicato trouxe de outras fábricas, pudessem

se infiltrar na passeata e entrar até o pátio. Eles são aqueles que ficam na frente do caminhão aplaudindo a nossa desgraça.

Por que a diretoria do sindicato estava com medo da revolta da Ala 21?

Porque ela tinha preparado a manobra de não deixar que a Ala 21 falasse na Assembléia contra a terceirização. Mas era falso o alarde de que a Ala 21 ameaçava o caminhão.

A Volks faz vista grossa aos bate-paus do sindicato

A Volks mesmo sendo informada da presença de bate-paus, que não eram funcionários da empresa e que muitos estavam pulando o alambrado, nada fez. Mas por quê?

A resposta é simples. *Os bate-paus foram trazidos pela direção do sindicato para aprovar a proposta de terceirização.* Portanto, estavam do lado da coalizão (empresa e sindicato).

Companheiros da Ala 21 deram exemplo de luta

A passeata que os companheiros da Ala 21 realizaram contra a terceirização na segunda-feira (dia da Assembléia) foi

uma manifestação de garra, pois há muito tempo não acontecia um movimento na Volks contra a terceirização.

Essa passeata também mostrou a revolta dos trabalhadores com a direção do sindicato, que nos últimos anos vem fazendo o jogo da empresa.

Também serviu para mostrar que os trabalhadores organizados podem passar por cima da direção traidora e usar seu próprio método de luta, que é a greve, as ocupações de fábrica e manifestações. Esse método de luta é a única forma para combater os acordos malditos de demissão, terceirização e redução salarial.

O que está colocado para nós

A luta não acabou. A terceirização trará logo mais transferências, licenças remuneradas e PDVs. Haverá uma grande pressão para que acatemos o PDV.

A primeira coisa a ter claro é que a votação da terceirização foi uma imposição da diretoria do sindicato em parceria com a Volks. O que quer dizer que temos de lutar contra a política pelega de Feijó e companhia.

É possível combater a terceirização.

Mais um acordo maldito

O golpe dos patrões

Após a aprovação do acordo entre a Volks e a direção do sindicato metalúrgico do ABC, os patrões deram uma entrevista dizendo que a produção do Tupi só iniciará em 2005 e que não é necessário novas contratações de trabalhadores.

A direção do sindicato, que manobrou para que a assembléia aceitasse o Tupi em troca da implantação da terceirização em várias alas, continua com o discurso patronal de que "corríamos o risco de chegar em 2006 só com um produto e com menos de 10 mil funcionários".

Mas a verdade é uma só: até a implantação do Tupi, a Volks pode demitir usando o artifício do PDV (Programas de Voluntariado). O certo

é: a terceirização será o meio para reduzir os salários, destruir postos de trabalho e quebrar direitos trabalhistas.

Operários da Ala 21 vão até Lula Fleming agradece o apoio de Lula.

Em passeata, os operários bloquearam a Anchieta e se dirigiram para a casa do Lula. A esperança era que Lula se colocasse contra a terceirização e pressionasse a diretoria do sindicato a não aceitar o acordo proposto pela Volks. Lula recebeu a comissão e se limitou a dizer que os metalúrgicos deveriam conversar com Marinho. Nada mais. Os operários ficaram descontentes com a atitude de Lula.

Nossa defesa continua a mesma:

1) Nenhuma demissão; 2) Nenhuma redução de salário; 3) Nada de perda de direitos trabalhistas; 4) Contratação direta pela Volks; 5) Não à terceirização.

Nosso forma de luta: 1) Unidade de toda a fábrica contra a terceirização; 2) Organização de todos em torno da posição de que foi votado apenas a vinda do Tupi e não a terceirização; 3) Assembléia democrática e soberana, onde todos tenham o direito à palavra; 4) Fora com os bate-paus da diretoria do sindicato; 5) Fora com falsas informações de que havia ameaça à direção do sindicato; 6) Uso da greve se a Volks vier com a destruição de direitos trabalhistas e demissões; 7) unificação de todos os metalúrgicos das montadoras e autopeças contra a terceirização; 8) Defesa de um sindicato independente dos patrões e do governo; 9) Defesa de uma comissão de fábrica honesta, não encabrestada pela Volks e não manipulada pela direção burocrática do sindicato; 10) Por uma comissão de fábrica que responda às necessidades dos operários e que seja um instrumento de organização da luta.

Depois de aprovada a proposta da Volks, com o apoio total da diretoria do sindicato, o presidente da Volks, Fleming, telefonou para Lula agradecendo o apoio. Alguns dias antes, dia 24 de março, Lula esteve na Volks e foi recebido pelo presidente mundial da montadora, Bernd Pischetsrieder. Tudo estava montado para que a assembléia aprovasse a terceirização como condição para vir o Tupi.

Lula, Marinho, Feijó e toda burocracia sindical são os responsáveis pelos acordos de "flexibilização do trabalho" e pelo avanço da terceirização. Agem contra os operários e a favor do patronato.

A classe operária está obrigada a lutar contra os patrões e contra a burocracia sindical vendida.

POR argentino publica edição especial de Masas sobre a Bolívia

O texto abaixo é o editorial dessa publicação:

Reproduzimos as publicações de nossa organização irmã no Cerqui para que se possa notar a evolução anterior aos acontecimentos que explodiram em fevereiro passado, derrotando o impoço do FMI e a posição dos revolucionários frente às questões centrais da luta de classes.

A imprensa burguesa e de algumas correntes de esquerda só mostram as imagens da explosão, mas não recorrem sua história nem como se desenvolverá no futuro.

Os revolucionários entrevistaram com muita antecipação, expressando qual era a perspectiva do movimento e suas causas mais profundas.

Na Argentina, alguns esquerdistas se dedicaram a embelezar o burocrata Evo Morales rendendo-lhe homenagem, ao invés de desmascarar seu democratismo e papel burocrático, e se somam alegremente a apoiar ou querer reformar seu "Estado Maior" dialoguista, crendo que as masas na Bolívia podem encontrar uma saída pela via pacífica, legal, constitucional.

Agora vêm como se esse setor, da mesma forma que a cúpula da COB fos-

sem combativos e como se fossem a verdadeira oposição ao governo de Sánchez de Lozada. Ontem se entusiasmavam com o resultado eleitoral de Evo, sem medir a magnitude de não votantes ou votos em branco e anulados que foram de uma magnitude enorme e evidenciavam o escassíssimo respaldo da população ao processo eleitoral e a ausência de ilusões democráticas.

O levante do povo boliviano aponta para terminar com a opressão imperialista e impor sua própria saída, revolucionária, impondo um governo operário-camponês (ditadura do proletariado), desenvolvendo-se nos termos da Tese de Pulacayo. Numerosas experiências demonstram a tendência para o autogoverno, a destituir ou desconhecer as autoridades constitucionais.

A revolução na Bolívia, há várias décadas, é a pedra de toque para quem se reclama trotskista em todo o mundo.

Todas as correntes revisionistas tem sido pulverizadas nessa monumental caldeira que é a luta de classes no país irmão. De todas as latitudes se dirigiram tratando de se colocar, investindo muito dinheiro,

contratando funcionários, sedes e jornais, mas todos eles sem entender essa realidade tão particular e, portanto, desprezando o processo revolucionário. Rechaçavam ontem que a atrasada Bolívia, integrada à economia mundial, estivesse madura para a revolução socialista. Hoje se limitam a colocar reformas democráticas por trás das correntes burguesas, não colocam o caminho de expropriar as multinacionais, de recuperar as terras para os camponeses e muito menos de defender a coca e armar o povo.

Para os revolucionários de toda a América Latina, é de fundamental importância aprender as lições da Bolívia, de como se construiu o partido revolucionário da classe operária, seu programa, de como luta por converter-se em direção física das massas. E é fundamental também rodear de solidariedade a revolução boliviana, romper seu isolamento. O imperialismo trabalha ativamente para sustentar o regime, centralizando as operações políticas e também as militares para impedir o triunfo das massas, nós devemos trabalhar de forma consequente.

Vitória do imperialismo só com o genocídio

Os EUA declararam vitória com a ocupação de Bagdá. Mas vão esconder a carnificina, que só não foi maior porque o povo não estava armado para a defesa de seu país. Os criminosos de guerra vão se esconder por detrás da conquista. Nada indica que tudo está acabado.

O problema agora é como consolidar a invasão colonialista. O imperialismo terá de iniciar uma nova fase de conquista e mortandade. Não poderá impor-se sem que o Iraque se torne um protetorado. Já tem "lideranças" compradas, dentro e fora do Iraque. Utiliza-se do mesmo processo aplicado no Afeganistão. Mantém-se como força de ocupação e agente de um governo fantoche. Para sustentar esse domínio, continua a matança. Tudo indica que no Iraque será mais violenta a ocupação.

A Síria na mira

Era de se esperar que o governo Bush acusasse a Síria de conivência com Saddam. Não porque fosse aliada do Iraque contra o imperialismo, mas porque não apoiou os EUA como era esperado.

Na Guerra de 1991, o governo sírio fez parte da coalizão imperialista contra o Iraque. Anteriormente, na guerra contra o Irã, a Síria esteve do lado do Irã, enquanto os EUA apoiavam o Iraque.

O governo Sírio joga conforme interesses de sua burguesia. Não por acaso, apoiou a resolução de desarmamento do Iraque pelos inspetores da ONU. Dessa forma, ficou do lado do intervencionismo "pacífico". Era vantajoso para a Síria um Iraque desarmado, mas não invadi-

do pelos EUA.

Há um problema: Israel tem seus mísseis apontados para a Síria e vice-versa. O imperialismo trabalha pelo fortalecimento do Estado sionista, esmagamento da resistência palestina e maior controle do Oriente Médio. São fatores que indicam a possibilidade dos EUA voltarem sua guerra para a Síria. Se não imediatamente, um pouco mais à frente.

A exigência de desarmamento do regime de Bachar al-Assad está lançada. O imperialismo recrudescerá denúncias de armas químicas contra Damasco. Seu plano de abrir guerra contra a Síria não é pura retórica de Bush, mas é parte da necessidade de estabelecer controle absoluto da região petrolífera pelo imperialismo ianque.